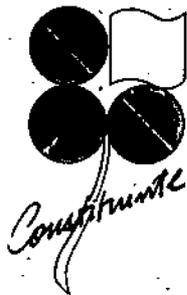


Assembleia Constituinte Anc V

# Serpa teme que desejo da população pela Constituinte seja frustrado

Da Sucursal de Brasília



O general Antônio Carlos de Andrada Serpa, o segundo conferencista do ciclo de debates sobre a Assembleia Nacional Constituinte que está sendo promovido pela OAB/DF, manifestou ontem o receio de que a nova Constituinte se converta em uma fonte de frustração para o povo brasileiro. "Se a Lei escrita resolvesse algum problema, a França não estaria na sua 15ª Constituição", afirmou.

De acordo com o programa, o conferencista do segundo dia de debates deveria ser o ex-senador Paulo Brossard, cujo nome figurou por muito tempo nas listas dos ministeriáveis do governo Tancredo Neves. Anteontem, entretanto, o ex-senador gaúcho cancelou o compromisso sem maiores explicações além da alegação de que a sua presença neste ciclo de debates poderia ser interpretada como uma reivindicação de cargo no novo governo.

Para substituí-lo, foi convidado o general Andrada Serpa, que falou sobre a defesa dos interesses nacionais na Constituição a ser elaborada pelo novo governo, através do Congresso que será eleito no próximo ano e investido de poderes constituintes.

Entre os aspectos que gostaria de ver regulamentados na nova Constituição, Andrada Serpa destacou o uso do solo, a reforma agrária, a proteção das minorias raciais e a questão do controle da natalidade.

"Acredito que o governo Tancredo Neves possa chegar a essas soluções, mas não sem uma ampla mobilização popular. A mobilização do povo brasileiro, intensa por ocasião das diretas, não pode cessar. Todas as questões que afligem a Nação devem ser objeto de debates incansáveis por parte de todos os segmentos sociais para que estes pontos básicos possam ser exaustivamente discutidos. Só assim teremos uma Constituição digna dos brasileiros", concluiu Andrada Serpa.

## UNE quer nova Carta e diretas para reitor

Das Sucursais e Reportagem Local

A convocação da Constituinte para 1986, precedida da eliminação das leis de exceção e legalização de todos os partidos políticos e a campanha sobre eleições diretas para reitor em todas as universidades, são algumas das reivindicações do 18º Conselho Nacional das Entidades Gerais da União Nacional dos Estudantes, segundo declarou seu presidente, Renildo Calheiros, 23.

Em termos de conjuntura nacional, os estudantes aprovaram, durante o Encontro da UNE em Maceió um documento pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte para 1986, tendo-a como uma necessidade para incrementação de mudanças que o País necessita. Para eles, a Constituinte deverá ser precedida da eliminação das leis de exceção, tais como a Lei de Segurança Nacional, a Lei da Imprensa, o recadastramento eleitoral e a legalização de todos os partidos políticos.

Jornalistas debatem

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), inicia hoje, às 21 horas, em seu auditório (rua Rego Freitas, 530, sobreloja), um ciclo de debates sobre a Assembleia Nacional Constituinte. "Os jornalistas e a Constituinte" será o tema do primeiro debate, com a participação de Audálio Dantas, Jacob Gorender, Juca Kfoury, Pedro de Oliveira e Perseu Abramo.

A série de debates que a entidade promoverá tem o objetivo, segundo

nota à imprensa, de "traçar uma campanha unitária na categoria dos jornalistas sobre o tema da Constituinte".

Palestra

No auditório Pedroso Horta da Câmara Municipal de São Paulo, a partir das 19h30, será realizada palestra sobre "A Constituinte e a liberdade de organização partidária", pelo secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PC do B), João Amazonas.

Em Santos

O tema Constituinte foi amplamente discutido na noite de segunda-feira, no auditório da Faculdade Católica de Direito, em Santos, durante debate promovido pelo Diretório Acadêmico Alexandre de Gusmão, daquela unidade de ensino, e diretório municipal do PMDB. Todos os partidos políticos estiveram representados na Mesa.

Foi consenso dos debatedores que a Assembleia Nacional Constituinte deverá estar marcada pelo caráter da sociedade, determinado por relações econômicas, políticas e sociais, ocorrendo divergências, entretanto, quanto ao teor da nova Constituição.

Sugestões

O deputado Fernando Moraes (PMDB) defendeu que "em alguns

pontos, para evitar a dupla interpretação, é necessário que a Constituição seja minuciosa".

Para o deputado José Genoíno (PT) deve ocorrer transformações radicais da comunidade, como a reforma agrária, "para que a nova Constituição não represente mais uma ilusão do povo brasileiro". Francisco Franco (PTB), lembrou que a Constituição deve garantir ao homem a sua sobrevivência, enquanto o deputado Armando Pinheiro (PDS) assinalou que, superada a questão referente à formação da Assembleia Nacional Constituinte, "restará à comunidade debater o que deve constar dessa nova Constituição". Euzébio Rocha (PDT), ex-constituente de 46, atendeu para a diferença entre Constituição formal e Constituição real, poder legal e poder real, que representa todos os segmentos da sociedade, concluindo: "Queremos uma sociedade pluralista".

Princípios de equilíbrio

O superintendente da Sudene, Marlos Jacob ao receber o título de cidadão honorário de Minas, em Belo Horizonte, manifestou certeza de que a Constituinte irá restaurar, em sua plenitude, os princípios do equilíbrio entre os poderes constituintes e que junto com a reforma tributária para respeitar o princípio federativo.